



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

1

MARÇO DE 2017

NEWSLETTER

Observatório das Migrações

Introdução

Assumindo o OM este ano um planeamento temático mensal, dedicamos este mês de março ao **tema das Mulheres Migrantes** para assinalar o *Dia Internacional da Mulher*, 8 de março.

No século XXI a imigração feminina deixou de estar associada, como no passado, a um percurso e projeto «familiar» no qual primeiro emigrava o homem e, só posteriormente, a mulher e os filhos através do reagrupamento familiar. Essencialmente desde o final do século passado, a observação dos fluxos migratórios permitiu evidenciar o crescente número de mulheres que migram por decisão própria e autónoma, fora dos contextos de reagrupamento familiar. O impacto da globalização e das mudanças demográficas e sociais verificadas na Europa têm levado a um recrutamento direto de mulheres imigrantes para determinados setores de atividade (e.g., serviços domésticos, enfermagem, restauração, cuidados com idosos), o que tem estimulado o incremento da **feminização dos fluxos migratórios**.

A feminização dos fluxos e das populações migrantes têm justificado a identificação de novas problemáticas sociais, novas áreas de intervenção e novas áreas de estudo, salientando-se, por exemplo, como temas adjacentes: (a) ao nível da integração no mercado de trabalho, a vulnerabilidade das mulheres migrantes a formas de discriminação múltipla no acesso ao mercado de trabalho, situações de sobrequalificação e desperdício de competências, segmentação das mulheres migrantes para nichos ocupacionais específicos e onde ficam expostas a situações de maior exploração laboral (e.g., incidência no trabalho doméstico que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), são “[na sua esmagadora maioria mulheres e migrantes](#)”); e (b) ao nível social, são de referir problemáticas como os impactos demográficos das migrações femininas (visão positiva para os países de acolhimento pela contribuição para a natalidade, mas visão negativa para os países de origem pelos seus impactos diretos e indiretos no envelhecimento demográfico e não renovação de gerações), os casamentos forçados, os estereótipos, a mutilação genital feminina, a retenção de documentação por angariadores ou patrões, o tráfico para exploração sexual, a violência contra mulheres, entre outras.

Com esta *newsletter* temática procuramos, assim, trazer alguns contributos para um melhor conhecimento desta realidade, abordando temas subsidiários da dupla condição de mulher e de migrante. Como tem sido hábito nestas *newsletters* temáticas do OM, selecionamos algumas das mais recentes referências bibliográficas internacionais e nacionais que focam o tema, identificando ainda alguns dos estudos que este Observatório tem promovido e publicado nas suas linhas editoriais acerca das mulheres migrantes em



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

2

Portugal. Caracteriza-se também sumariamente algumas das recomendações e conclusões de instituições internacionais que atuam nesta vertente e destacam-se brevemente os contextos institucionais e político-legal português, considerando nomeadamente a intervenção enquadrada em planos de ação que têm sido desenvolvidos especificamente para uma melhor integração das mulheres migrantes no país.

Estes e outros conteúdos poderão ser consultados no Centro de Documentação do ACM, I.P., que promove de 8 a 24 de março semanas temáticas acerca de Mulheres Migrantes, orientando o seu acervo documental e estatístico para os interessados em aprofundar o conhecimento sobre o tema.

Continue a partilhar connosco as suas novidades académicas através do email om@acm.gov.pt e mantenha-se em contacto connosco através do sitio www.om.acm.gov.pt e da página do Facebook deste Observatório em <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes>

Principais conteúdos da Newsletter Temática #15

1. As mulheres migrantes numa perspetiva internacional
2. As mulheres migrantes em Portugal
3. As mulheres migrantes nas Coleções do Observatório das Migrações
4. Referências bibliográficas sobre mulheres migrantes
5. Concurso para Apresentação de Candidaturas ao FAMI para Estudos sobre Migrações e Integração
6. Destaques OM



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

1. As mulheres migrantes numa perspetiva internacional

A problemática das mulheres imigrantes e da feminização das migrações tem tido considerável desenvolvimento académico a nível internacional nas últimas décadas, deixando-se adiante nesta *newsletter* algumas dessas referências bibliográficas académicas mais relevantes e recentes. Complementar a esta temática, foi essencial para a sua compreensão a noção de interseccionalidade (de mulheres e de imigrantes), avançada por Kimberlé Crenshaw num artigo de 1989 em que, no contexto académico do Direito, expunha que as medidas contra a discriminação laboral desenvolvidas para proteger as mulheres, por um lado, e os afro-americanos, por outro, paradoxalmente falhavam em proteger o grupo que interseccionava esses universos: de mulheres afro-americanas. Era necessário, argumentava ela, deixar de tratar as categorias de género e de raça como se não interagissem entre si. Mais ainda, a desvantagem sentida pelas pessoas que se encontram nesta interseção é maior do que a soma das suas componentes. Estas ideias foram adotadas por muitas outras pensadoras e pensadores e extrapoladas para além do seu contexto de origem, informando nomeadamente o tema desta *newsletter* (e.g., Yuval-Davis, 2011; Anthias, 2012; Bastia, 2014), quer em termos académicos quer em termos do funcionamento interno e das ações externas das grandes organizações internacionais.

Indo um pouco além do destaque de trabalhos académicos relevantes nesta temática, procura-se realçar também nesta *newsletter* do OM a intervenção e as recomendações que as instituições internacionais têm adotado para a defesa e o enquadramento das mulheres migrantes no mundo.

As mulheres migrantes na perspetiva da Organização das Nações Unidas

Embora a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres ([CEDAW](#)), que Portugal assinou e ratificou em 1980, não contenha disposições específicas acerca de mulheres migrantes, o comité por ela estabelecido, o Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, emitiu, a 5 de dezembro de 2008, uma recomendação geral sobre mulheres trabalhadoras migrantes ([CEDAW/C/2009/WP.1/R](#)). A recomendação incide em mulheres trabalhadoras migrantes tidas por particularmente vulneráveis, quer por migrarem sozinhas, por estarem em processo de se juntar às suas famílias ou por se encontrarem indocumentadas. A introdução de uma perspetiva de género é defendida como essencial para analisar a posição destas mulheres e desenhar políticas que contrariem a sua exploração e abuso. Até porque as mulheres trabalhadoras migrantes frequentemente experienciam formas de discriminação que se intersectam. Nesse sentido, é recomendado aos **países de origem e acolhimento** que formulem políticas de igualdade e não discriminação com sensibilidade às questões de género; envolvam ativamente as interessadas na formulação dessas políticas; promovam a pesquisa, recolha e análise de dados que permitam identificar os problemas específicos das mulheres trabalhadoras migrantes.

Ainda no contexto da Organização das Nações Unidas, há a considerar a criação em 1999, pela então Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos – hoje Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas – da figura da(o) [Relator\(a\) Especial para os Direitos Humanos dos Migrantes](#) (resolução 1999/44).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Entre as incumbências desta posição encontram-se o registo e a recomendação de medidas para deter a discriminação múltipla e a violência contra as mulheres migrantes. Da documentação produzida ao longo da sua atividade, é de salientar neste contexto o relatório sobre os direitos humanos dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) ([E/CN.4/2004/76](#)) ou o mais recente relatório, no qual recomenda uma análise de género robusta da diferença entre os impactos das políticas em homens e mulheres ([A/71/285](#)). Essa tónica surge também, aliás, no relatório do Secretário-geral sobre violência contra mulheres trabalhadoras migrantes ([A/58/161](#)).

As Nações Unidas têm ainda dado particular atenção à feminização das populações imigrantes em vários e diferentes países do mundo. Os [destaques](#) das Nações Unidas para seu relatório internacional sobre a população em 2015 referem que o aumento da proporção de mulheres entre os migrantes internacionais nos países da OCDE tem sido sobretudo resultado do envelhecimento no local de populações que migraram décadas atrás, sendo que as mulheres têm esperanças de vida superiores aos homens e, por conseguinte, tendem a assumir um maior peso relativo à medida que o tempo passa.

As mulheres migrantes na perspetiva da Organização Internacional para as Migrações (OIM)

A [OIM](#) adotou em 1995 uma política de transversalização (*mainstreaming*) do género ([Resolução No. 932 \(LXXI\) Conselho da IOM](#)), tornando a perspetiva de género parte inalienável do seu trabalho. Nesse documento é feito um diagnóstico dos problemas específicos associados às trajetórias das mulheres migrantes (incluindo mas não se limitando a dupla discriminação no mercado de trabalho): tanto por serem mulheres como por serem imigrantes. Nesse documento são feitas provisões para que a conceção de todos os programas e materiais de formação integrem explicitamente a perspetiva de género, bem como que surjam secções dedicadas na documentação dos projetos e que se faça pesquisa específica sobre mulheres migrantes.

Na sua *Política para a Igualdade de Género 2015-2019* ([C/106/INF/8/Rev.1](#)), a OIM mantém um duplo olhar, simultaneamente sobre o seu funcionamento interno, em termos de pessoas, e sobre as suas ações externas, em termos dos programas que desenvolve. É de realçar a abordagem extremamente factual à transversalização do género nos seus programas: uma componente relativa à perspetiva de género é explicitada em todos os procedimentos, desde a responsabilização das chefias à avaliação de projetos, passando pelos indicadores de desempenho. Correlativamente, todos os relatórios, de projeto ou organizacionais, incluirão secções destinadas a medir o impacto da transversalização do género, o mesmo valendo para todos os esforços de avaliação e auditoria.

Mais recentemente, a 16 de setembro de 2016, uma [declaração conjunta](#) da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres ([ONU Mulheres](#)) e da OIM veio afirmar que as mulheres e raparigas em movimento enfrentam várias formas de discriminação e cumulativas: como mulheres, como migrantes e como trabalhadoras não protegidas. As suas vulnerabilidades incluem ainda maior exposição à exploração, abuso sexual, físico e psicológico, violência, falta de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, tráfico humano e formas contemporâneas de escravatura. Neste âmbito



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

conclui-se que devem ser definidas políticas fundamentadas em dados concretos que protejam especificamente as mulheres e salvaguardem os seus direitos.

As mulheres migrantes na perspetiva da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Portugal é um dos poucos (23) países que ratificou a convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre trabalhadores domésticos (C.189). Esta convenção contém normas que referem especificamente os trabalhadores migrantes. Estes estipulam que a legislação nacional deve prever que os potenciais trabalhadores domésticos migrantes que não gozem de liberdade de circulação recebam, antes de partirem do país de origem, um documento escrito (contrato ou oferta de emprego) válido no país onde o trabalho deverá ser realizado (artigo 8.º). Devem também ser estabelecidos mecanismos de proteção contra práticas abusivas por parte das agências privadas de emprego (artigo 15.º). Está prevista ainda a articulação entre estados signatários com vista à aplicação do que se encontra estipulado na convenção e o estabelecimento de condições claras de repatriação em caso de cessação do contrato de trabalho (artigo 8º). O artigo 9.º não refere explicitamente os trabalhadores migrantes mas as suas disposições são-lhes pertinentes, nomeadamente o direito a conservar em sua posse os seus documentos de identificação e de viagem, o direito a residir ou não com os empregadores e, caso optem pela primeira, o direito a gozar os períodos de descanso longe do domicílio. É ainda de referir que o relatório que precedeu e preparou a adoção da convenção, designado *Trabalho digno para o trabalho doméstico*, é uma fonte importante que compila e analisa informação de diversas fontes, incluindo um questionário próprio dirigido aos governos.

Também a Recomendação sobre Trabalhadores/as Domésticos/as (R.201) que complementa a C.189 contém proposta, estas não vinculativas, relativas aos trabalhadores migrantes. São previstos, nomeadamente: o estabelecimento de acordos bilaterais para assegurar acesso equitativo à segurança social; a implementação de medidas adicionais, pela parte tanto dos países de origem e de destino, para a proteção de trabalhadores domésticos que são também migrantes; a articulação com as partes interessadas das condições de retorno gratuito quando terminado o respetivo contrato de trabalho; e promoção de boas práticas de emprego por parte das agências privadas. Por último, recomenda-se aos membros que cooperem na aplicação da C.189 e desta recomendação aos trabalhadores domésticos migrantes.

As mulheres migrantes na perspetiva da União Europeia

A Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de outubro de 2006, sobre a imigração feminina e o papel e a posição das mulheres imigrantes na União Europeia (P6_TA(2006)0437) considera que: (...) *as mulheres imigrantes se deparam, de forma geral, com graves problemas de integração, principalmente de acesso ao mercado de trabalho, baixo nível de emprego e elevado índice de desemprego, ocupação de postos de trabalho temporários, pouco remunerados e destituídos de proteção social e económica em sectores da economia paralela e do trabalho não declarado, limitados conhecimentos linguísticos, baixo nível de escolaridade básica e, principalmente, no ensino de terceiro grau, participação limitada na vida social, política, sindical e cultural do país de acolhimento, pobreza e exclusão social; que, porém, um número não negligenciável de jovens diplomadas do ensino superior no seu país vem ocupar, na União Europeia, postos*



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

6

de trabalho pouco qualificados, na qualidade de empregadas domésticas, por exemplo, em virtude da elevada taxa de desemprego feminino registada nos seus países e da baixa remuneração das profissões e empregos correspondentes às suas competências e qualificações (...). (considerando C).

Apesar de tudo isto nota, com base nos relatórios de avaliação das políticas nacionais de integração de imigrantes disponíveis à data, que a dimensão de género não vinha sendo tida em conta de forma sistemática tanto na harmonização das políticas como na recolha de dados e na produção de indicadores. Atendendo a estas considerações, constata que “os imigrantes recentemente chegados, em particular as mulheres, que constituem o grupo mais vulnerável dado serem vítimas de uma dupla discriminação, assente na origem étnica e no sexo”. Neste âmbito incentiva-se as instituições para uma série de ações que poderão melhorar a situação. Os Estados-Membros são convidados a tomar as medidas necessárias para garantir os direitos fundamentais das mulheres migrantes (independentemente da sua condição legal de residência), com referência à *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias* e à *Convenção da OIT sobre Migrações em Condições abusivas e promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes* (1975). Em matéria específica das indústrias do entretenimento e do sexo, refere-se na mesma Resolução do PE que os Estados-Membros devem reforçar o enquadramento legal “no sentido de ser possível responsabilizar penalmente quem apreenda os passaportes e autorizações de residência das mulheres migrantes envolvidas. Ao nível do mercado de trabalho, os Estados-Membros são convidados a fomentar a participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho e o respeito dos seus direitos sociais, incluindo a igualdade salarial, entre outros. Outro ponto referido explicitamente é que os Estados-Membros devem adotar medidas de “combate à dupla discriminação de que as mulheres imigrantes são vítimas no mercado de trabalho”.

Noutra vertente, o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros são ainda incentivados a salvaguardarem “os direitos das mulheres e das jovens imigrantes e para combater a discriminação de que são vítimas na sua comunidade de origem, recusando todas as formas de relativismo cultural e religioso suscetível de violar os direitos fundamentais das mulheres”. Ainda nesta nota, o Conselho e a Comissão são instados a, “no quadro de uma política europeia comum de imigração e asilo, a incluírem o risco de mutilação genital feminina entre as causas justificativas de apresentação de pedido de asilo”.

Por fim, e com particular relevância para a atividade deste Observatório das Migrações, o texto estimula a Comissão a promover a recolha de dados sobre a imigração na UE com a perspetiva de género, bem como a avaliar de forma qualitativa e quantitativa as políticas e ações desenvolvidas a favor das mulheres imigrantes através dos instrumentos de financiamento e programas existentes. O [Instituto Europeu para a Igualdade de Género](#) é indicado como a entidade que poderia analisar esta informação, com vista a diagnóstico e proposta de remédios.

A Resolução do Parlamento Europeu (PE), de 7 de setembro de 2010, sobre a integração social das mulheres pertencentes a grupos étnicos minoritários ([P7_TA\(2010\)0305](#)) considera não apenas que estas são desfavorecidas relativamente às mulheres da maioria e aos homens de minorias, como também que a sua situação requer ação específica contra a discriminação múltipla, os estereótipos, os estigmas e a



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

7

segregação étnica. O PE vê ainda estas mulheres como sendo objeto de discriminação múltipla e particularmente “vulneráveis à exclusão social, à pobreza e a violações extremas dos direitos humanos, como o tráfico de seres humanos e a esterilização forçada, do que as mulheres da população autóctone e os homens de grupos minoritários”.

A mesma resolução incentiva a Comissão e os Estados-Membros a colaborarem com ONG e grupos da sociedade civil para a produção de dados interseccionais para a igualdade em frentes de inclusão social tão diversas como “o acesso à educação, o mercado de trabalho, a segurança social, o sistema de saúde e a habitação”. Além da necessidade de produção de dados, é também diagnosticada a “necessidade de mais investigação intersectorial e de indicadores sobre o impacto da discriminação e da exclusão social nas mulheres pertencentes a comunidades étnicas minoritárias no território da União Europeia”. Assim sendo, a Comissão e a DG Investigação são convidadas a financiar projetos de investigação nesta área. Na vertente legislativa, os Estados-Membros são incentivados a incluir a discriminação múltipla nos respetivos quadros jurídicos, de forma a assegurar proteção às mulheres pertencentes a minorias étnicas e outros tipos de vítimas. Por fim, convida a [Agência dos Direitos Fundamentais](#) e [Instituto Europeu para a Igualdade de Género](#) a não se cingirem aos respetivos portefólios mas sim a ocuparem-se de questões interseccionais.

Mais recentemente, é de notar a Resolução do Parlamento Europeu, de 4 de fevereiro de 2014, sobre mulheres migrantes sem documentos na União Europeia ([P7_TA\(2014\)0068](#)). As considerações de partida deste documento arrolam a forma como a condição de indocumentadas exacerba as múltiplas vulnerabilidades aos mais diversos riscos a que estas mulheres se encontram expostas, nomeadamente na medida em que o acesso ao estado social, incluindo os direitos à saúde, à habitação e à justiça se lhes encontra bloqueado. O medo da deteção e denúncia às autoridades é, segundo estas considerações, inclusive um fator de bloqueio do acesso ao apoio de instituições que as poderiam elucidar acerca dos seus direitos e realizar algum encaminhamento. O texto reconhece ainda que o impacto deste estado de coisas não se encontra circunscrito às próprias mulheres imigrantes indocumentadas, influenciando de forma adversa também os seus filhos, aos quais o receio de deteção se estende e pode mesmo bloquear a frequência escolar. O documento identifica ainda um aumento da procura de trabalhadores domésticos ao qual associa o crescimento do número de trabalhadoras migrantes sem documentos e uma vulnerabilidade agravada pelas particularidades deste setor.

Neste contexto, esta resolução recomenda aos Estados-Membros que dissociem o controlo da imigração do acesso ao mercado livre de arrendamento de habitação e aos abrigos geridos pelo Estado; do acesso à saúde; do acesso à escolaridade; do acesso à justiça penal; do acesso ao direito o trabalho, especificamente no que respeita a salários em dívida; do acesso aos serviços de apoio psicológico, sanitário e jurídico; e do acesso à assistência às vítimas de tráfico de seres humanos. Insta ainda os Estados-Membros a que tomem medidas no que toca ao trabalho forçado (e.g., na prostituição ou na esfera doméstica) entre as mulheres migrantes. À Comissão Europeia o PE recomenda que quando proceda à revisão da diretiva relativa às sanções aplicáveis aos empregadores inclua a possibilidade de os imigrantes irregulares apresentarem queixas anónimas contra empregadores abusivos. Outra medida de proteção que visa diminuir a vulnerabilidade das mulheres imigrantes indocumentadas é a suspensão do processo de expulsão, ou concessão de uma autorização de residência autónoma na eventualidade de dissolução do casamento,



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

àquelas cujo estatuto de residente esteja dependente do cônjuge. Insta-se ainda os Estados-Membros a que considerem as vítimas de abusos e violência com base no género, nomeadamente na indústria da prostituição, “portadoras de motivos particulares que lhes permitam obter asilo ou um título de residência permanente por razões humanitárias”.

Ao nível da monitorização, releva a necessidade de produzir dados de qualidade sobre mulheres migrantes sem documentos na UE, de conduzir investigação sobre o mesmo e de os levar à atenção da [Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho](#) (Eurofound), de modo a que esta tenha redobrada atenção às mulheres em causa ao definir os objetivos de inclusão social da estratégia Europa 2020.

A mais recente resolução do Parlamento Europeu nesta área data de 8 de março de 2016 e é sobre a situação das mulheres refugiadas e requerentes de asilo na UE ([P8_TA\(2016\)0073](#)). As considerações expostas relevam dados do ACNUR segundo os quais há anualmente 20.000 mulheres e raparigas originárias de países que praticam a mutilação genital a pedir asilo na UE. Segundo a mesma fonte, sete em cada dez dessas mulheres são sobreviventes de mutilação genital feminina. Correlativamente, uma parte considerável dos pedidos de asilo protagonizados por mulheres tem na sua origem o receio de vir a sofrer de mutilação genital. Por outro lado, é feito notar que “a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem pôs termo à expulsão de raparigas em risco de serem sujeitas a mutilações genitais, dado o risco de dano irreparável para a sua saúde física e psicológica”. Outras considerações salientam que muitas destas mulheres e raparigas fogem de regimes que as oprimem, não reconhecem a igualdade de género ou permitem o casamento de menores, casamentos precoces e casamentos forçados. Há ainda a notar referências à vulnerabilidade específica que consiste em ter o seu estatuto jurídico está dependente dos seus cônjuges e às condições de trabalho degradantes que estas mulheres frequentemente serão obrigadas a aceitar para poderem permanecer no país de chegada.

No que respeita a recomendações, são de destacar o apelo “à adoção de um novo pacote global de orientações da UE em matéria de género, no contexto mais vasto das reformas da política de migração e asilo, que tenha plenamente em conta as dimensões social, cultural e política da perseguição e inclua igualmente medidas de acolhimento e integração”. É também enfatizado que as diversas violências elencadas nas considerações são perseguições e “deveriam ser motivos válidos para requerer asilo na UE, facto que deve ser refletido nas novas orientações em matéria de género”. Finalmente é ainda recomendado o aprofundamento da recolha de estatísticas sobre estes fenómenos, nomeadamente contemplando o género nas diferentes fases do processo de asilo.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

2. As mulheres migrantes em Portugal

No século XXI também Portugal tem protagonizado a tendência para a feminização da imigração, tendo o número de mulheres estrangeiras residentes vindo a ultrapassar o dos homens estrangeiros residentes desde 2012. Esta evolução não tem passado despercebida à comunidade académica, sendo de destacar, logo em 2005, o trabalho de Karin Wall, Cátia Nunes e Ana Matias sobre mulheres imigrantes em Portugal, com enfoques nas áreas das suas trajetórias, dos seus problemas e das políticas de que são alvo. No ano seguinte João Peixoto coordenou um volume sobre os percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das mulheres imigrantes em Portugal. Já o texto publicado por Beatriz Padilla em 2007 sobre as mulheres imigrantes brasileiras incide, para além da esfera laboral, nas motivações, experiências e sentimentos das protagonistas numa sociedade de acolhimento que frequentemente as reduz a estereótipos. Esta investigadora viria a reincidir, juntamente com Jorge Malheiros e Frederica Rodrigues, num trabalho que se debruçou especificamente sobre mulheres imigrantes empreendedoras em Portugal. Igualmente de interesse é o volume organizado nesse mesmo ano por Marzia Grassi e Iolanda Évora e dedicado ao tema do género e migrações cabo-verdianas. Em 2012, destaca-se o trabalho de Pedro Góis e José Carlos Marques sobre as consequências sociopolíticas da feminização das migrações de (e para) Portugal, num estudo realizado no âmbito do Fórum Gulbenkian Migrações. Mais recentemente (2016), com uma perspetiva crítica das teorias feministas para o entendimento das migrações das mulheres, Ana Neves, Maria da Conceição Nogueira, Joana Topa e Estefânia Silva, realizam num artigo científico uma discussão teórica e sistematização do trabalho que se tem vindo a fazer em Portugal nesta área.

Para além desta atividade académica destaca-se brevemente neste espaço algumas das características do contexto institucional e das políticas públicas para mulheres imigrantes residentes em Portugal.

Enquadramento institucional

As principais entidades públicas a ocuparem-se na interseção da condição de imigrante e de mulher em Portugal são o Alto Comissariado para as Migrações, I.P. ([ACM](#)), a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género ([CIG](#)) e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego ([CITE](#)).

O ACM é um instituto público que prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) nas áreas da integração. A sua missão tríplice é colaborar com o governo na definição, execução e avaliação de políticas públicas que tenham pertinência no que respeita a 1) atrair migrantes, 2) integrar imigrantes e grupos étnicos e 3) gerir e valorizar a diversidade entre culturas, etnias e religiões ([Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro](#)). O Conselho para as Migrações - órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM - integra um representante da CIG.

A CIG, por sua vez, tem por missão “garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género” ([Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro](#)), sendo pois o seu enfoque as questões de género em geral. Por sua vez, a CITE é um órgão colegial tripartido que tem por missão prosseguir a igualdade e a não discriminação entre homens e mulheres nas esferas conexas



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

do trabalho, emprego e formação profissional. Colabora ainda na aplicação de disposições legais e convencionais, não apenas nesta matéria como também no que respeita à proteção da parentalidade e à conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal, no setor privado, no setor público e no setor cooperativo ([Decreto-Lei n.º 76/2012, de 26 de março](#)). O seu enfoque é assim circunscrito às questões de género na esfera profissional.

A especificidade dos seus portefólios não obsta contudo a que estas entidades articulem esforços na prossecução de políticas intersectoriais concretas, como veremos no próximo ponto.

Políticas públicas para mulheres imigrantes

Em Portugal têm surgido inúmeros planos de ação que clarificam políticas públicas e definem medidas das quais as mulheres imigrantes residentes devem ser beneficiárias diretas ou indiretas.

O enquadramento do *Plano Estratégico para as Migrações (2015 -2020)* ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015](#)) conclui precisamente vincando que esta estratégia “deverá promover a igualdade entre homens e mulheres em todos os eixos prioritários”. Prevê ainda, no domínio da integração e capacitação, que sejam “reforçadas as medidas tendentes à promoção da igualdade de género e ao reforço da integração pessoal, profissional e cívica nas mulheres imigrantes na sociedade portuguesa”. Em termos de medidas específicas, é de destacar a nona, que estipula a “promoção da participação das mulheres imigrantes no movimento associativo”, prevendo como ações a “mobilização das mulheres imigrantes para a participação no movimento associativo” e a “informação às mulheres imigrantes sobre os seus direitos e deveres específicos enquanto mulheres”. São de destacar ainda ações relativas à vigésima primeira e vigésima terceira medidas. Trata-se, em primeiro lugar, ao nível da “promoção de informação sobre direitos e deveres dos trabalhadores imigrantes”, de realizar “ações de sensibilização e informação promovidas pelo ACM, em articulação com a CITE e com a CIG, relativas à igualdade e não discriminação de género, nomeadamente na área da parentalidade, igualdade salarial, conciliação entre trabalho e família e assédio moral e sexual”. Em segundo lugar, ao nível da “promoção da melhoria das condições do trabalho”, de realizar “ações inspetivas nos locais de trabalho, promovendo a cidadania e a igualdade de género através da integração dos imigrantes, do combate à utilização ilegal de mão-de-obra (nomeadamente o trabalho não declarado), da discriminação racial e do tráfico de seres humanos”.

Deve ainda destacar-se o *V Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017* ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013](#)) que refere, no que concerne a promoção da igualdade entre mulheres e homens nas políticas públicas, que “os estudos socioeconómicos apresentam, invariavelmente, as mulheres na base da pirâmide social e em situação de discriminações múltiplas, como seja o caso (...) das mulheres imigrantes”, entre outras. Este diagnóstico leva à inclusão entre os objetivos estratégicos da promoção de “competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente (...) mulheres imigrantes”, entre outras. Temos assim que a trigésima quinta medida do plano é precisamente a promoção da “alfabetização e a capacitação das mulheres imigrantes”, entre outras, cabendo a responsabilidade à PCM/CIG e MEC e estando envolvidas na execução a PCM/ACM e as



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

ONG. O objetivo desta medida é o “aumento da alfabetização e da capacitação das mulheres imigrantes”, entre outras”.

Já o *V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017* ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013](#)) tem mais medidas sobre esta temática. A nona medida visa a realização de “ações de sensibilização sobre violência doméstica e de género dirigidas a imigrantes, entre outros, é da responsabilidade da PCM/ACM, estando envolvidas na sua execução a PCM/CIG, os municípios e as ONG, e sendo o seu objetivo o aumento “da sensibilização e do conhecimento sobre a problemática da violência doméstica e de género no seio das comunidades imigrantes” e outras. Por sua vez, a trigésima segunda medida deste plano, ocupa-se de reforçar “a informação sobre violência doméstica e de género junto das comunidades imigrantes, nomeadamente sobre o acesso aos recursos existentes. As entidades responsáveis e envolvidas na execução desta medida são as mesmas que na medida anterior e o seu objetivo é a dotação dos espaços de comunicação do ACM “de materiais informativos destinados às comunidades imigrantes, em matéria de violência doméstica e de género”. A alínea f) da quadragésima segunda medida visa os “profissionais que trabalham na área do acolhimento e integração de imigrantes” enquanto “profissionais que intervêm, direta ou indiretamente, na área da violência doméstica e de género” e procura ampliar a sua formação. As entidades responsáveis por esta medida são a PCM/CIG, o MS, o MEC e o MSESS, estando envolvidas na sua execução o MJ/INMLCF, I.P. e as ONG. Em termos de objetivos, trata-se de 1) disponibilizar “aos/às profissionais das diversas áreas de formação específica em violência de género/violência doméstica”, 2) criar um “referencial e manual de apoio à formação, orientado para a intervenção junto de vítimas particularmente vulneráveis” e 3) capacitar “os(as) profissionais para intervir junto de vítimas particularmente vulneráveis”.

Por fim, ainda no contexto do *V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017*, temos a quinquagésima terceira medida: “adotar um instrumento de registo nos CNAI e CLAI, para recolha de informação do número de casos de violência doméstica, registados nas comunidades imigrantes”, que é da responsabilidade da PCM/ACM, estando envolvidas na sua execução a PCM/CIG, os municípios e as ONG. Os objetivos desta medida são a “criação de um instrumento de registo de casos de violência doméstica” e a produção de “informação sobre a incidência da violência doméstica nas comunidades imigrantes”.

Noutra vertente, o *III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014 – 2017*, que foi publicado como anexo ao precedente ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013](#)), refere na sua introdução que a Organização Mundial de Saúde “coloca Portugal entre os países em risco no que diz respeito à prática da MGF, já que as comunidades imigrantes residentes em Portugal provenientes de países onde a MGF existe poderão continuar esta prática, quer no nosso país, quer enviando menores ao país de origem”. Ainda na mesma secção, o texto cita a “Resolução ([2010/C 285 E/07](#)) sobre a eliminação da violência contra as mulheres, que exorta os Estados-Membros a adotarem as medidas adequadas para pôr termo à MGF, nomeadamente informando as comunidades imigrantes de que a MGF constitui uma séria agressão à saúde das mulheres e uma violação dos direitos humanos, e aplicando ou adotando disposições legais específicas sobre esta matéria”. Este plano é coordenado pela CIG, sendo esta coadjuvada por um grupo de trabalho inclui três associações de imigrantes representativas



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

de comunidades de nacionais de Estados onde se pratica a MGF, a indicar conjuntamente pela CIG e pelo ACM. A discussão da primeira área estratégica deste programa, a prevenção, refere que “a sensibilização e a prevenção são indispensáveis à erradicação da MGF” e o “envolvimento das associações de imigrantes ou das organizações e interlocutores que, de alguma forma, são representativos das comunidades revela -se particularmente eficaz neste propósito”. Desse modo, as associações de imigrantes são envolvidas na execução da segunda medida, nomeadamente na organização de “estratégias comunitárias de combate à MGF através da criação de redes de ação em territórios de risco, constituídas por interlocutores locais privilegiados”. As entidades responsáveis por esta medida são o MS/DGS e o MEC/DGE, estando envolvidos na execução todos os membros do grupo de trabalho, bem como municípios, escolas, equipamentos de saúde, IPSS, ONG e associações de imigrantes. Os objetivos desta medida são o “reforço das parcerias entre as escolas, equipamentos de saúde, municípios, IPSS, ONG e associações de imigrantes”, o “apoio comunitário” e a “eventual sinalização de situações de MGF já realizada ou iminente entre as meninas, raparigas e mulheres”.

As associações são também objeto da terceira medida, nomeadamente o incentivo e apoio às “organizações não-governamentais, designadamente associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a prevenção e a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF”. Aqui a entidade responsável é PCM/ACM, estando envolvidas na execução a PCM/CIG e as ONG. Os objetivos desta medida são o “envolvimento das organizações representativas das comunidades onde a MGF se pratica” e o “incremento do número de projetos na comunidade sobre MGF”.

A décima quinta medida elencada neste programa é “estabelecer contactos com líderes religiosos e interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes, com vista à prevenção e eliminação da MGF”. A entidade responsável é a PCM/CIG/ACM e estão envolvidas na sua execução as ONG e representantes das comunidades. Em termos de objetivos, trata-se aqui, por um lado, de sensibilizar e mobilizar os líderes religiosos e os interlocutores privilegiados e, por outro, de identificar e adotar “boas práticas de intervenção nas comunidades onde a MGF está referenciada”.

No que respeita à segunda área estratégica deste programa, a integração, a sua discussão refere que: *A capacitação das mulheres imigrantes pertencentes às comunidades em risco é, do ponto de vista estratégico, fundamental para o propósito da erradicação da prática, no pressuposto de que, quanto mais informadas, preparadas e autónomas, melhor podem desencadear focos de resistência individual ou coletiva.* Daí decorre a décima sexta medida: “promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres imigrantes, particularmente as oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF”. A responsabilidade por esta medida é da PCM/ACIDI, I.P., encontrando-se envolvidas na sua execução “associações representativas de imigrantes e/ou que trabalhem com imigrantes” e as próprias mulheres imigrantes. O objetivo da medida é o “aumento do número de mulheres apoiadas”.

A última medida deste programa com relevância para o tema em apreciação é a vigésima terceira, que diz respeito à realização de “ações de formação para profissionais de mediação sociocultural, técnicos(as) do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e técnicos(as) dos Centros de Apoio e Integração de



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Imigrantes”. A entidade responsável por esta medida é a PCM/ACIDI, I.P. e está envolvido na sua execução o MS/DGS. O objetivo é a “aquisição de conhecimentos sobre MGF por parte dos(as) profissionais envolvidos(as)”.

Por último, mas não menos importante, o *III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017* ([Decreto do Presidente da República n.º 127/2013, de 31 de dezembro](#)). Este é um documento assumidamente preocupado com as mulheres e as raparigas que, segundo dados da ONU citados no diploma, são, em conjunto, três em cada quatro vítimas à escala global do tráfico de seres humanos. Note-se ainda que, segundo a mesma fonte, três em cada cinco pessoas traficadas terão por destino a exploração sexual. É de particular relevância para o tema de mulheres migrantes notar que o plano integra uma medida, a sua quinta, orientada para a produção e difusão de “material informativo, em colaboração com as comunidades imigrantes, em diferentes línguas, para prevenir as diversas formas de tráfico”. Esta medida tem por entidade responsável a PCM/CIG/ACM, estando envolvidas na sua execução o MAI/SEF, o MAM, o MS/DGS/ARS, o MSESS/ISS, I.P., a RAPVT e as ONG. O objetivo desta medida é a “produção anual de material informativo em diversas línguas”.

Como se depreende desta breve síntese, os mandatos das instituições e os objetivos concretos das políticas que criam, mormente numa área cujo perfil tem vindo a ser elevado tanto em termos quantitativos (feminização dos fluxos migratórios e da população imigrante residente) como políticos (importância da interseccionalidade em termos internacionais e nacionais), criam várias oportunidades de reflexão, avaliação e diálogo por e com a academia.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

3. As mulheres migrantes nas Coleções do Observatório das Migrações

O Observatório tem vindo, desde a sua génese em 2002, a contribuir para aprofundar o conhecimento das mulheres migrantes em Portugal e a integração destas imigrantes, através da publicação de alguns estudos e da sistematização e análise de dados estatísticos e administrativos que aqui se recorda:

COLEÇÃO ESTUDOS



Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: Dinâmicas familiares, de género e geração, Susana Trovão e Sónia Ramalho, Estudos OM 42, agosto de 2010: Este trabalho, editado em dois volumes na coleção Estudos OM, resulta da articulação de duas pesquisas exploratórias sobre dinâmicas familiares, vulnerabilidade e participação cívica de mulheres de origem cabo-verdiana e são-tomense no contexto pós-colonial português. Nele, as autoras procuram caracterizar continuidades e transformações nas relações familiares destas mulheres, pondo em evidência as suas formas de organização no espaço público, as diferentes modalidades de participação cívica em que se envolvem e as suas motivações e modelos, bem como os benefícios que retiram das suas vidas participativas. Em termos metodológicos, o estudo recorre a uma abordagem mista, fundamentando-se em dados de caracterização quantitativos mas também, e principalmente, em entrevistas semidiretivas e nas narrativas biográficas que daí resultaram. O trabalho contempla ainda um estudo de caso, o da Quinta do Mocho, no concelho de Loures, um contexto onde a imigração feminina oriunda de São Tomé e Príncipe é especialmente relevante. O estudo conclui com algumas recomendações de boas práticas, sugerindo medidas mais eficazes de combate à vulnerabilidade que passam pelo diálogo integrado entre estas mulheres imigrantes, os mediadores que as acompanhem no quotidiano, os analistas e os decisores políticos. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre Brasileiras e Portugueses: Género e Imigração, Paulo Raposo e Paula Togni, Estudos OM 38, dezembro de 2009: Este volume da coleção Estudos OM aborda os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portuguesas, procurando explorar novas formas de conjugalidade e papéis de género ligadas ao aumento da imigração brasileira em Portugal e da sua crescente feminização. Para os autores, a ligação entre género (feminino), nacionalidade (brasileira) e conjugalidade justifica-se pela escassez de estudos e bibliografias em Portugal sobre essa temática e pela perceção exponencial deste fenómeno como problemática social, nomeadamente através dos media, das



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

agendas políticas e das medidas públicas. A investigação deu prioridade a uma abordagem qualitativa, concretizada através do recurso à observação participante e às entrevistas semi-estruturadas individuais e em grupo. As conclusões salientam a insipiência estatística dos casamentos ditos fraudulentos (ou por conveniência) e a diversidade de experiências subjetivas de migração. Sublinha-se ainda a heterogeneidade dos sujeitos envolvidos neste mercado matrimonial, a oscilação dos papéis e padrões de género marcados pela diferenciação cultural e pelos *habitus*, e a multiplicidade de soluções de integração, assimilação, isolamento e diálogo intercultural. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida, Joana Miranda, Estudos OM 35, outubro de 2009: Este trabalho integrado na Coleção Estudos OM teve como objetivo analisar, numa perspetiva de género, três eixos fundamentais que marcam a realidade das mulheres imigrantes em Portugal: memórias e identidades, dificuldades de integração e projetos de vida. Para tal, privilegia uma perspetiva psicológica de análise, em detrimento das perspetivas sociológica e económica mais comuns nesta temática. A autora optou por centrar a sua atenção nas comunidades brasileira, cabo-verdiana e ucraniana por serem as de maior expressão em Portugal e por marcarem períodos distintos dos movimentos migratórios para o nosso país. Nestas populações, realizou ao longo de 2008 entrevistas semidirectivas a vinte e quatro mulheres imigrantes. Quando interrogadas sobre o seu nível de integração na sociedade portuguesa, a grande maioria das mulheres respondeu que se sentia bastante integrada. Para a integração revelaram-se como importantes fatores como a empregabilidade, o domínio da língua, a integração dos filhos na escola, os processos de legalização, a existência de rede de apoio, a aquisição de casa própria e a possibilidade de reagrupamento familiar. Contudo, todas as mulheres entrevistadas revelam também dificuldades neste processo, que são maiores para as ucranianas. O estudo encerra com um algumas recomendações e exemplos de boas práticas, principalmente ao nível dos mecanismos de diagnóstico das dificuldades das mulheres migrantes e dos programas de apoio psicológico para esta população, dos programas de formação/sensibilização para a sociedade civil e os media, e de combate à discriminação. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres Imigrantes Africanas e Brasileiras, Sónia Ferreira Dias e Cristianne Famer Rocha, Estudos OM 32, junho de 2009: O aumento significativo do número de mulheres imigrantes em Portugal coloca desafios para a saúde pública associados aos maiores riscos e vulnerabilidades desta população. Para dar resposta a estas preocupações, as autoras desenvolveram um estudo onde procuram descrever os conhecimentos, atitudes e práticas relevantes para a saúde sexual e



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

reprodutiva de mulheres imigrantes, compreender a influência do processo migratório na saúde sexual e reprodutiva e identificar barreiras e elementos facilitadores no acesso e utilização dos serviços de saúde. Em termos metodológicos, o trabalho, de natureza qualitativa, envolveu a realização de grupos focais com 35 mulheres oriundas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e do Brasil. Os resultados do estudo sugerem que as mulheres imigrantes são um grupo heterogéneo no que respeita aos conhecimentos, atitudes e práticas face à saúde sexual e reprodutiva. Reconhecem-se lacunas importantes no conhecimento de algumas mulheres sobre estas questões, tornando relevante implementar intervenções que permitam desenvolver competências de resolução de problemas, de tomada de decisão e de comunicação interpessoal que reduzam a frequência do envolvimento em comportamentos de risco. A autora salienta a importância de adequar estas intervenções às especificidades de cada grupo, adotando uma abordagem holística da saúde sexual e reprodutiva que contemple as várias dimensões do conceito e o bem-estar das populações. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).

COLEÇÃO TESES



O Corte dos Genitais Femininos em Portugal: O Caso das Guineenses - Um Estudo Exploratório, Carla Martingo, Teses OM 22, agosto de 2009: O presente trabalho resulta de uma dissertação de Mestrado em Relações Interculturais concluída em 2007 pela autora na Universidade Aberta, sob orientação de Teresa Joaquim. Carla Martingo partiu para este campo de estudo após, em 2002, a comunicação social ter veiculado suspeitas da realização do corte dos genitais femininos nas comunidades guineenses islamizadas residentes em Portugal. Com o objetivo de compreender melhor esta prática e as dinâmicas sociais que lhes estavam associadas, a autora realizou trabalho de investigação que integrou pesquisa bibliográfica, aplicação de inquéritos por questionário e realização de entrevistas junto desta população. Os dados recolhidos sugerem que o corte dos genitais femininos já se realizou em Portugal, mas de uma forma esporádica, e que à altura do trabalho de campo, fruto da legislação vigente, das pressões das autoridades e da exposição pública, se faria ainda embora em casos muito pontuais. A modalidade privilegiada, porém, seria o envio das crianças à Guiné-Bissau com esse objetivo. Propõe ainda que a fraca expressão desta prática em Portugal se deve também a uma conjugação de outros fatores: as características dos fluxos migratórios para o nosso país, que integram guineenses com níveis de escolaridade elevados, provenientes sobretudo de Bissau e com percentagem reduzida de etnias islamizadas, nas quais se observa um predomínio masculino. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa: Análise do Ano 2003, Clara Almeida Santos, Teses OM 14, novembro de 2007: Neste trabalho, que materializa uma dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo defendida na Faculdade Letras da Universidade de Coimbra em dezembro de 2004, Clara Almeida Santos analisou os cruzamentos entre os conceitos de Imigrante e de Mulher na imprensa portuguesa. Neste âmbito, a autora procurou averiguar o teor e a forma das notícias, os temas tratados e o discurso adotado pelos media portugueses nas peças jornalísticas sobre a imigração feminina em Portugal. Um dos objetivos do trabalho foi também discernir as diferenças de abordagem verificadas entre as notícias sobre mulheres imigrantes e sobre homens imigrantes. A autora conclui que as peças sobre mulheres imigrantes, apesar de serem em menor número do que as que dizem respeito a homens imigrantes, surgem já em quantidade bastante expressiva. No entanto, analisando os temas tratados, verifica-se que há uma grande preponderância da temática da prostituição e de situações de marginalidade, contribuindo para a perpetuação de uma imagem estereotipada da mulher imigrante como elemento exótico associado ao desejo sexual. A generalidade dos textos analisados trata a notícia como um mero acontecimento e não como uma problemática, estando ausente um esforço de contextualização e procura das causas mais profundas da matéria jornalística. A autora destaca, como elemento positivo, a existência de um número já considerável de peças que têm como tema a integração. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



Pertencas Fechadas em Espaços Abertos: Estratégias de (re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal, Maria Abranches, Teses OM 13, novembro de 2007: Com a migração para Portugal, as mulheres muçulmanas de origem guineense e indiana desenvolvem estratégias específicas de negociação entre as referências herdadas e os novos elementos socioculturais encontrados na sociedade de acolhimento, processo que conduz a uma alteração de determinadas práticas culturais ou do seu significado. Este estudo centrou-se numa dupla comparação: uma entre mulheres de origens distintas (guineenses e indianas) e outra entre duas gerações de mulheres. Os resultados evidenciaram diferenças significativas a ambos os níveis. Por um lado, a necessidade de negociação entre a herança cultural e as novas referências do país de acolhimento é, em alguns aspetos, mais visível entre as indianas, dado o maior grau de fechamento relacional que caracteriza este grupo e a combinação mais acentuada de diferentes traços culturais e religiosos de origem, por comparação com as guineenses. Por outro lado, a flexibilização das normas surge muito mais pronunciada entre as jovens, inseridas em redes de sociabilidade mais alargadas na sociedade envolvente. O trabalho de Maria Abranches foi concluído em 2004 no Departamento de Sociologia do ISCTE, no âmbito de um Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias



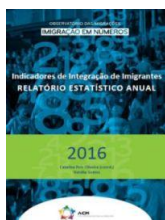
www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

da Informação desenvolvido sob orientação de Fernando Luís Machado. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).



Ser Mãe Hindu: Práticas e Rituais Relativos à Maternidade e aos Cuidados à Criança na Cultura Hindu em Contexto de Imigração, Ivete Monteiro, Teses OM 9, novembro de 2007: Este estudo de Ivete Monteiro resulta de uma dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde concluída em 2005 na Universidade Aberta, tendo contado com a orientação de Natália Ramos. Reconhecendo que a maternidade é um dos aspetos mais afetados pela imigração, a autora realizou o presente estudo partindo de quatro objetivos fundamentais: identificar as concepções sobre a maternidade e cuidados à criança das mulheres da comunidade hindu, analisar quais as práticas e cuidados relativos à maternidade e à criança que são mantidos a partir da cultura de origem, analisar o que foi introduzido nessas práticas da cultura de acolhimento e analisar a forma como as práticas da maternidade são transmitidas entre estas mulheres. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, analítico e transversal, baseado numa metodologia qualitativa com entrevistas semi-estruturadas, observação fílmica e fotográfica, e observação participante. Estes instrumentos de pesquisa foram aplicados a mulheres hindus residentes na área metropolitana de Lisboa. A autora observa que na cultura hindu a maternidade é considerada uma bênção e valorizada pela mulher grávida, pela sua família e por toda a comunidade. Conclui que existem práticas e crenças transmitidas de geração para geração de um modo informal, sobretudo através, da tradição oral e da observação de práticas e comportamentos, que continuam a ser seguidas em contexto de imigração. A influência da cultura de acolhimento faz-se sentir de forma ténue nos cuidados, embora seja mais visível nas mulheres mais jovens que nasceram e cresceram em Portugal e nas jovens que não vivem com familiares mais velhos. Este estudo pode ser encontrado [aqui](#).

RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS ANUAIS



Indicadores de Integração de Imigrantes, Catarina Reis Oliveira (coord.) e Natália Gomes, Relatório Estatístico anual 2016, Coleção Imigração em Números do OM, outubro de 2016: As autoras desagregam neste primeiro Relatório Estatístico Anual a variável sexo para a maioria dos indicadores das fontes de dados estatísticos e administrativos sistematizados e analisados nas várias dimensões de integração consideradas. No primeiro capítulo do livro as autoras aprofundam ainda a composição por sexo dos fluxos



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

de entrada e permanência de estrangeiros, evidenciando a feminização da população imigrante em Portugal observada desde 2012. Esta publicação pode ser encontrada [aqui](#).

POSTERS ESTATÍSTICOS



Posters Estatísticos OM – Mulheres imigrantes: O *poster estatístico* produzido pela equipa do OM relativo à Feminização da imigração e aos contributos da mulheres estrangeiras residentes em Portugal para a demografia do país foi lançado no dia 8 de março de 2017 para assinalar o Dia Internacional da Mulher. Aceda [aqui](#) a este e a outros *posters* de sensibilização estatística do OM.

Continue a acompanhar estas e outras publicações do Observatório disponíveis para consulta e *download* gratuito em <http://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om>.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

4. Referências bibliográficas sobre mulheres migrantes

Sem pretensão de exaustividade, destacamos neste espaço algumas das mais recentes referências bibliográficas acerca do tema desta *newsletter*, mas se conhecer outras referências relevantes por favor não deixe de partilhá-las connosco. Este espaço também pode ser seu. Partilhe connosco novidades académicas através do email om@acm.gov.pt

Artigos e Working Papers

- ANTHIAS, Floya (2013) "Intersectional What? Social Divisions, Intersectionality and Levels of Analysis" in *Ethnicities*, 13(1), pp. 3-19. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1025.9583&rep=rep1&type=pdf> (data de consulta 01/03/2017).
- ANTHIAS, Floya (2012) "Transnational mobilities, migration research and intersectionality" in *Nordic Journal of Migration Research*, 2(2), pp. 102-110. Disponível em: <https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/njmr.2012.2.issue-2/v10202-011-0032-y/v10202-011-0032-y.pdf> (data de consulta 01/03/2017).
- BASTIA, Tanja (2014) "Intersectionality, migration and development." in *Progress in Development Studies*, 14(3), pp. 237-248. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Tanja_Bastia/publication/273599963_Intersectionality_migration_and_development/links/555204cc08ae980ca606a5bf.pdf (data de consulta 01/03/2017).
- BRÜCKER, Herberet; CAPUANO, Stella; MARFOUK, Abdeslam (2013) "A New Panel Data Set on International Migration by Gender and Educational Attainment" in *Migration: New Developments*, Spring 2013, NORFACE, pp. 31-32. Disponível em: http://www.norface-migration.org/files/NORFACE_2013_single_1.pdf (data de consulta 01/03/2017).
- BRÜCKER, Herberet; CAPUANO, Stella; MARFOUK, Abdeslam (2013) "Education, Gender and International Migration: Insights from a Panel-Dataset 1980-2010-Methodology Report." Nuremberga: Institute for Employment Research. Disponível em: http://doku.iab.de/daten/brain-drain/iabbd_8010_v1_methodology.pdf (data de consulta 01/03/2017).
- CRENSHAW, Kimberlé (1989) "Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics" in *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), pp. 139-167. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf> (data de consulta 01/03/2017).
- DUARTE, Madalena; OLIVEIRA, Ana (2012) "Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes" in *Sociologia*, 23, Lisboa: FLUL, pp. 223-237. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v23/v23a12.pdf> (data de consulta 01/03/2017).
- FARRIS, Sara (2012) "Femotionalism and the Regular Army of Labor Called Migrant Women" in *History of the Present: A Journal of Critical History*, 1(2), pp. 184-199. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32043429/Sara_R_Farris_-_Femotionalism_and_the_regular_army_of_labour_called_migrant_women.pdf?AWSAccessKeyId



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

[=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1488367929&Signature=IU9otp6I9vi9AZ%2BgUuk%2F%2BisEyK8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DFemotionalism and the regular army of.pdf](#) (data de consulta 01/03/2017).

GOMES, Mariana (2013) "O Imaginário Social Mulher Brasileira em Portugal - Uma Análise da Construção de Saberes, das Relações de Poder e dos Modos de Subjetivação" in *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 56(4), Rio de Janeiro, pp. 867-900. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mariana_Gomes8/publication/270203627_O_imaginario_social_em_Portugal_uma_analise_da_construcao_de_saberes_das_relacoes_de_poder_e_dos_modos_de_subjetivacao/links/561ed35708aecd1acd0fe0.pdf (data de consulta 01/03/2017).

KOFMAN, Eleonore; SAHARSO, Sawitri; VACCHELLI, Elena (2015) "Gendered perspectives on integration discourses and measures" in *International migration* 53(4), pp. 77-89.

McCall, Leslie. (2005) "The complexity of intersectionality" in *Signs: Journal of women in culture and society*, 30(3), pp. 1771-1800. Disponível em: http://www.soft-tissue-research.org/media/media_200317_en.pdf (data de consulta 01/03/2017).

NEVES, Ana; NOGUEIRA, Maria; TOPA, Joana; Gonçalves SILVA, Estefânia (2016) "Mulheres imigrantes em Portugal. Uma análise de gênero" in *Estudos de Psicologia*, 33(4), Campinas, pp. 723-733. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000400015> (data de consulta 01/03/2017).

YUVAL-DAVIS, Nira (2006) "Intersectionality and feminist politics." in *European Journal of Women's Studies*, 13(3), pp. 193-209. Disponível em: http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/22511/ssoar-eurjwomstud-2006-3-yuval-davis-intersectionality_and_feminist_politics.pdf?sequence=1 (data de consulta 01/03/2017).

WALL, Karin; NUNES, Cátia; MATIAS, Ana (2005), "Immigrant Women in Portugal: migration trajectories, main problems and policies". WP7-05. Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005_7.pdf (data da consulta: 01/03/17).

Livros, Relatórios e Números Temáticos

ANTHIAS, Floya; LAZARIDIS, Gabriella (eds.) (2000) *Gender and migration in Southern Europe: Women on the move*. Oxford, Berg.

ANTHIAS, Floya; Yuval-Davis, Nira (2005) *Racialized boundaries: Race, nation, gender, colour and class and the anti-racist struggle*. Londres, Routledge.

Boucher, A. (2016) *Gender, Migration and the Global Race for Talent*, Manchester: Manchester University Press. Introdução disponível em: http://www.academia.edu/download/44572040/Boucher_2016_intro_chapter.pdf (data da consulta: 01/03/17).

CIDM (org.) (2005) *Mulheres Migrantes: Duas faces de uma realidade*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

GÓIS, Pedro e MARQUES, José Carlos (2012), *A Emergência das Migrações no Feminino: Feminização das migrações de (e para) Portugal e suas consequências sociopolíticas*. Cascais: Príncipeia.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

- GRASSI, Marzia; ÉVORA, Iolanda (2007) *Género e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- KOFMAN, Eleonore (2000) *Gender and international migration in Europe: employment, welfare, and politics*. Londres, Routledge.
- LUTZ, Helma (ed.) 2016 *Migration and domestic work: A European perspective on a global theme*. Londres, Routledge.
- MALHEIROS, Jorge; PADILLA, Beatriz; RODRIGUES, Frederica (2010) *Mulheres imigrantes empreendedoras*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Disponível em: http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/publicacoes/Mulheres_E_migrantes_Empreendedoras.pdf (data da consulta: 01/03/17).
- MIRANDA, Joana; HORTA, Ana Paula Beja (orgs.) (2014) *Migrações e Género: Espaços, Poderes e Identidades*. Lisboa, Mundos Sociais.
- OIM/OCDE (2014) *Expert Group Meeting on Harnessing Knowledge on the Migration of Highly Skilled Women*. Genebra: OIM. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iom_oecd_gender.pdf (data da consulta: 01/03/17).
- OLIVEIRA, Belkis; OLIVEIRA, Marylin (2007), *Sensibilização e Integração de Mulheres Migrantes e Marginalizadas: No caminho para a igualdade de oportunidades*. Porto: ASI.
- PEIXOTO, João (coord.) et al. (2006) *Mulheres migrantes: percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*. Lisboa: SOCIUS. Disponível em: <http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/280091/230765.pdf/e67fdd96-714d-417e-98e4-aaa8e02c3e7b> (data da consulta: 27/02/17).
- YUVAL-DAVIS, Nira (2011) *The Politics of Belonging: Intersectional Contestations*. Londres: Sage.

Capítulos de livros e textos de coletâneas

- ALBUQUERQUE, Rosana (2005) "Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade.", in SOS RACISMO (ed.) (2005) *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 37-49. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1314/1/2005a_rosana1.pdf (data de consulta 27/02/2017).
- ALONSO, Alba (2009) "Institutionalising intersectionality in Portugal: towards a multiple approach?", in European Consortium for Political Research *Joint Sessions of Workshops. Workshop 14 Institutionalising Intersectionality*. Disponível em: <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/566091cf-9100-453c-81bb-7f2129680e92.pdf> (data de consulta 27/02/2017).
- KOFMAN, Eleonore (2003) "Women Migrants and Refugees in the European Union" in OCDE e Comissão Europeia, *The Economic and Social Aspects of Migration. Conference jointly organized by the European Commission and OECD*. Brussels, 21-22 January 2003. Disponível em: <http://www.oecd.org/migration/mig/15515792.pdf> (data de consulta 01/03/2017).
- KONTOS, Maria (ed.) (2009) *Integration of Female Immigrants in Labour Market and Society. A Comparative Analysis. Summary, Results and Recommendations*. Institute of Social Research at The Goethe University, Frankfurt am Main. Disponível em:



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

http://cordis.europa.eu/docs/publications/1224/122436611-6_en.pdf (data de consulta 01/03/2017).

PADILLA, Beatriz (2007) "A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise" in MALHEIROS, Jorge (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Vol. 1 da Coleção Comunidades do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI, pp. 113-134.

Teses e dissertações

CASTILHOS, Daniela (2012) *Mulheres Imigrantes em Portugal: Discurso Normativo e Mediático de 2004 a 2007*, tese de Doutoramento, Universidade do Porto.

COUTINHO, Emília (2014) *Vigilância da Gravidez e Perceção do Cuidado de Enfermagem: Estudo em Mulheres Imigrantes e Portuguesas*, tese de Doutoramento, Universidade do Porto.

MARTINS, Joana (2010) *Mulheres e Migrações: Uma Abordagem Micro à Prática da Cidadania*, tese de Doutoramento, Universidade Nova De Lisboa.

RODRIGUES, Irene (2007) *No Feminino Singular: Identidades de Género de Mulheres Chinesas Migrantes em Lisboa*, dissertação de Mestrado, ISCSP.

SILVA, Estefânia (2015) *Conciliação Pessoal, Familiar e Profissional de Mulheres Imigrantes Residentes no Distrito de Braga*, tese de Doutoramento, Universidade do Minho.

TOPA, Joana (2013) *Mulheres, Imigração & Saúde*, tese de Doutoramento, Universidade do Minho.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

5. Abertura do Concurso ao FAMI para Estudos sobre Migrações e Integração

A 6 de março de 2017 abriu o período de apresentação de candidaturas ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) destinadas ao cofinanciamento de **Estudos sobre Migrações e a Integração de Nacionais de Países Terceiros em Portugal**. O concurso estará **aberto até às 18h00 do dia 5 de abril de 2017**.

Os objetivos destas propostas deverão contemplar o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório e das dinâmicas de acolhimento e de integração de imigrantes e de requerentes de asilo, através do apoio ao estudo e à investigação acerca de nacionais de países terceiros em Portugal e de áreas e projetos com relevância para as políticas públicas e os decisores políticos.

Espera-se que os estudos forneçam recomendações para a política pública de integração de migrantes, em particular de Nacionais de Países Terceiros residentes em Portugal e de requerentes de asilo, embebidos do mote do Observatório das Migrações de “conhecer mais para agir melhor”, estando prevista a possibilidade dos estudos serem publicados nas linhas editoriais deste Observatório.

Os temas prioritários de investigação para os estudos candidatos a este concurso, e com valores de referência por estudo de 60.000€, são:

1. Cenários migratórios e projeções demográficas
2. Acolhimento e integração de refugiados
3. Novos perfis imigratórios em Portugal (e.g. refugiados, estudantes internacionais, reformados, menores desacompanhados, mulheres)
4. Urbanismo, gestão do espaço público e imigração
5. Relação entre mercado de trabalho e políticas imigratórias
6. Imigrações e respostas de integração dos contextos locais
7. Migrações, ativismo e o papel da sociedade civil
8. Relação entre internet e redes sociais, e a disseminação de estereótipos acerca de imigrantes e expressões de racismo

A avaliação das candidaturas será efetuada pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), enquanto Autoridade Delegada, e um painel de avaliadores independentes nacionais da rede deste Observatório das Migrações (Catarina Reis Oliveira, João Peixoto, Alina Esteves, José Carlos Marques, Joana Azevedo, Ana Paula Beja Horta e Pedro Góis).

O texto integral do Aviso de apresentação de candidaturas, incluindo as normas para submissão dos projetos, as condições de admissão e aceitação das candidaturas, os critérios de seleção e os parâmetros de avaliação, pode ser encontrado nas respetivas páginas web do [Ministério da Administração Interna](#) e do [Alto Comissariado para as Migrações](#). Os pedidos de informação devem ser dirigidos para este [endereço de email](#) ou obtidos através do número 21 810 61 24.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

6. Destaques OM

Chamadas Para Comunicações



Conferência Internacional Metropolis 2017: Os promotores da edição de 2017 da *Conferência Internacional Metropolis*, dedicada este ano ao tema “Migration and Global Justice”, abriram até dia 30 de abril um período de receção de propostas para comunicações e workshops. Esta conferência focará a sua atenção nas estratégias de resposta sociais e governamentais a formas de mobilidade humana, tanto voluntária quanto forçada, explorando as implicações destes mecanismos para as questões de justiça global. Acolhe, como costuma acontecer neste evento, os contributos de investigadores, decisores políticos e representantes da sociedade civil. Embora a crise dos refugiados continue a marcar a questão migratória na Europa e no Médio Oriente, esta conferência pretende ainda iluminar outros contextos, incluindo o das migrações internas das zonas rurais para as cidades e subúrbios. Os interessados em apresentar as suas propostas devem fazê-lo através dos formulários *online* correspondentes para [palestras/comunicações](#) e [workshops](#), submetendo resumos de 250 a 300 palavras. A conferência Metropolis 2017 realizar-se-á no World Forum da cidade holandesa de Haia, entre os dias 18 e 22 de setembro. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



The Migration Conference 2017: A Universidade Harokopio de Atenas é a instituição que acolhe a próxima edição de “The Migration Conference”, um encontro científico que tem ocorrido com periodicidade anual desde 2012, organizado por iniciativa da editora académica Transnational Press London. Este evento assume-se como um fórum onde académicos, peritos, jovens investigadores, estudantes e decisores políticos podem trocar conhecimento, partilhar investigação nesta área e debater as questões que põem em causa os atuais modelos de migração e discursos sobre mobilidade humana, refletindo sobre o aperfeiçoamento de políticas e práticas. A conferência, que decorre este ano entre 23 e 26 de agosto, inclui palestras de autores convidados, sessões paralelas, *workshops* e sessões sobre políticas públicas. Os organizadores abriram um período de submissão de propostas para comunicações e pósteres que se prolonga até 18 de março, devendo os interessados enviar um resumo longo e estruturado (max. 750 palavras) ou o texto integral (max. 4500 palavras) através segundo as indicações que constam [nesta página](#). Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Oportunidades para Investigadores

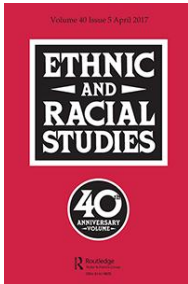


Mestrado Europeu em Psicologia da Mobilidade Global, Inclusão e Diversidade na Sociedade: Encontram-se abertas até ao dia 20 de março de 2017 as candidaturas para o novo Mestrado Europeu em Psicologia da Mobilidade Global, Inclusão e Diversidade na Sociedade (Global-MINDS), um programa de estudos dirigido primordialmente a alunos com formação de base em Psicologia. Este mestrado é financiado pelo programa Erasmus Mundus e coordenado pelo ISCTE-IUL, contando com a participação de um consórcio internacional composto pela Universidade de Oslo (UiO), na Noruega, Universidade de Ciências Sociais e Humanas de Varsóvia (SWPS), na Polónia, Universidade Koç de Istambul (KU), na Turquia, e Universidade de Limerick (UL), na Irlanda. O programa curricular começa com dois semestres letivos a decorrer durante o primeiro ano em duas universidades parceiras deste projeto. No primeiro semestre do segundo ano, o aluno frequenta um estágio numa empresa ou organização afiliada a uma universidade da sua escolha, enquanto o último semestre (realizado novamente numa instituição da preferência do aluno) é ocupado com a redação e a defesa da tese de mestrado. Os alunos podem também candidatar-se a dois tipos de bolsas de estudos (Categoria A e Categoria B), enquadradas no financiamento proporcionado pelo Erasmus Mundus Joint Master Degrees (EMJMD). Os interessados devem inscrever-se no [portal eConsort](#) antes de fazerem a respetiva inscrição através deste [formulário online](#). Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).

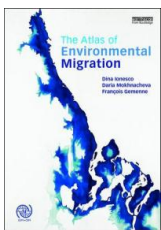


13ª Escola de Verão do Migration Policy Centre - “Thinking beyond the crisis”: Estão abertas as inscrições para a edição de 2017 da Escola de Verão do Migration Policy Centre, uma unidade de investigação integrada no European University Institute, em Florença. A 13ª Escola de Verão decorrerá entre 26 de junho e 7 de julho de 2017 e tem como público-alvo estudantes de pós-graduação, funcionários públicos, membros de ONGs, jornalistas, professores e todos os profissionais que, de uma forma geral, trabalham na área das migrações. Nesta edição, o plano curricular contempla temas o impacto das migrações internacionais nos países de origem, as políticas de imigração implementadas nos países de destino (principalmente os da UE) e os desafios da integração, a atual crise global dos refugiados e as políticas que lhe tentam dar resposta, o tráfico de seres humanos, os mecanismos internacionais de gestão de fluxos migratórios e as migrações no mundo rural. O programa inclui diversos *workshops* e palestras orientados por alguns dos mais destacados investigadores nos estudos das migrações, cuja lista provisória pode ser consultada [aqui](#). Os interessados em participar poderão fazer a sua inscrição até ao dia 31 de março de 2017 através deste [formulário online](#). Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).

Novidades Bibliográficas



Número especial de *Ethnic and Racial Studies* - “Immigrant Incorporation in Political Parties: Exploring the Diversity Gap”: Está já disponível o número especial (vol. 40, nº 5) da revista científica *Ethnic and Racial Studies* dedicado ao tema “[Immigrant Incorporation in Political Parties: Exploring the Diversity Gap](#)” onde se encontra incluído o trabalho de Catarina Reis Oliveira (Observatório das Migrações) e Isabel Estrada Carvalhais (Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho) “[Immigrants’ political claims in Portugal: confronting the political opportunity structure with perceptions and discourses](#)”. Neste artigo, as autoras tomam o contexto português como estudo de caso e analisam o modo como a inclusão política dos imigrantes é influenciada pelo acesso aos direitos políticos, pelo sistema partidário e pelo regime de cidadania, caracterizando em traços gerais a macroestrutura que cria as condições para essa inclusão. Este número especial será também editado em [livro](#), neste caso pela chancela britânica Routledge, com organização de Ricard Zapata-Barrero (Universitat Pompeu Fabra, Barcelona), Iris Dähnke (Christliches Jugenddorfwerk Deutschlands, Hamburgo) e Lea Markard (Christliches Jugenddorfwerk Deutschlands, Hamburgo), tendo data de edição prevista para 2018. O artigo de Catarina Reis Oliveira e Isabel Estrada Carvalhais pode ser encontrado [aqui](#).



Livro: “The Atlas of Environmental Migration”: Está já no mercado, com sela da editora britânica Routledge, a publicação *Atlas of Environmental Migration*, o primeiro livro ilustrado que cartografa o complexo fenómeno das migrações ambientais. Com organização de Dina Ionesco (Organização Internacional para as Migrações), Daria Mokhnacheva (Organização Internacional para as Migrações) e François Gemenne (Universidade de Liège), este atlas clarifica terminologia e conceitos relacionados com o tema, elabora uma tipologia das migrações ligadas ao ambiente e às mudanças climáticas, descreve os diversos fatores envolvidos nesta problemática, e esclarece os principais desafios e oportunidades derivados deste fenómeno. No livro, o académico interessado poderá encontrar pormenorizados mapas, diagramas, ilustrações e estudos de caso oriundos de vários pontos do globo, apresentados com base nos mais recentes dados da investigação internacional. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Relatório OCDE: “Interrelations between Public Policies, Migration and Development”: A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico disponibilizou *online* os resultados de um projeto que desenvolveu em parceria com a União Europeia em dez países da OCDE: Arménia, Burkina Faso, Camboja, Costa Rica, Costa do Marfim, República Dominicana, Geórgia, Haiti, Marrocos e Filipinas. Esta iniciativa teve como objetivo fornecer aos decisores políticos dados concretos sobre a influência das migrações em setores específicos – o mercado de trabalho, a agricultura, a educação, o investimento, a proteção social e a saúde – e por outro lado, caracterizar a forma como as políticas sectoriais afetam as migrações. O relatório compreende quatro aspetos do ciclo migratório, nomeadamente a emigração, as remessas, o retorno e a imigração. Os resultados do trabalho empírico indicam que as migrações contribuem para o desenvolvimento tanto do país de origem quanto do país de acolhimento, embora revele também que alguns dos dez países contemplados no estudo ainda não exploram todo o potencial do fenómeno migratório. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



Tese de Mestrado: “Integração dos Imigrantes de Leste nas Organizações - Uma abordagem às Políticas e Práticas de Recursos Humanos desenvolvidas”: Esta dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos, desenvolvida por Alda Mações Viana e concluída em 2016 na Universidade do Minho, propõe uma análise dos processos de integração dos imigrantes nas organizações portuguesas, com especial incidência nas políticas e práticas de recursos humanos aplicadas aos trabalhadores oriundos dos países de Leste. A autora, que neste programa de mestrado foi orientada por Carolina Cunha Machado, recorreu a uma metodologia qualitativa baseada em 15 entrevistas semiestruturadas, a maioria das quais realizada via telefónica. Através deste instrumento, Alda Viana procurou caracterizar a situação dos entrevistados anterior ao projeto migratório e analisar o contexto laboral em que estes se encontravam à altura do trabalho de campo, focando em particular a integração nas respetivas organizações, a eventual ocorrência de situações discriminatórias, os fatores de (in)sucesso na atividade profissional e as políticas e práticas de recursos humanos utilizadas pela organização. Após análise dos dados recolhidos, a autora conclui que raramente os gestores das empresas põem em práticas os procedimentos mais indicados para integrar trabalhadores imigrantes. Contudo, as relações com os colegas de trabalho e com as entidades patronais são avaliadas de forma positiva, bem como a integração na sociedade portuguesa em geral. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Tese de Mestrado: “Migrações e Comunicação: Brasileiros que escolheram Portugal como destino”: Face à significativa expressão da imigração brasileira em Portugal, Cláudio Abdo propõe neste trabalho caracterizar alguns aspetos que influenciaram de forma mais determinante o percurso migratório desta população. Mais concretamente, procura discernir as razões que levaram estes brasileiros a emigrar e a escolher Portugal como país de destino, em que medida diferentes fontes de informação informaram (ou não) essa decisão, e qual a congruência da informação prévia recolhida pelos migrantes e a realidade que encontraram após a chegada a Portugal. A pesquisa foi realizada no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação (especialização em Publicidade e Relações Públicas) desenvolvida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, sob orientação de Rosa Cabecinhas e com coorientação de Júlia Alves Brasil. O trabalho consta de uma primeira secção onde o autor desenvolve conceitos teóricos relacionados com a comunicação intercultural e as estratégias de aculturação. Segue-se o desenvolvimento da componente empírica do projeto, que em termos metodológicos constou em 20 entrevistas a brasileiros que residem em Portugal há menos de dois anos. Analisando os dados assim obtidos, o autor adianta que a violência e a insegurança foram fatores determinantes para a decisão de emigrar e que a proximidade cultural e linguística, bem como a potencialidade de servir de porta de entrada para outros países europeus, influenciaram a escolha de Portugal como país de destino. Em relação aos meios de comunicação, conclui-se que os entrevistados recorreram, de uma forma geral, às mesmas fontes de informação durante o processo de decisão, citando os mesmos portais de internet e jornais brasileiros. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).